

GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

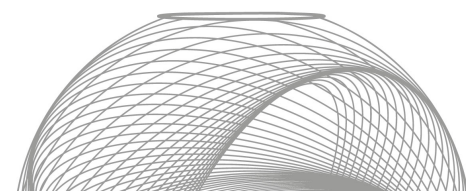
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

Introdução

Daniel A. de Azevedo
Universidade de Brasília
daniel.azevedo@unb.br

Ricardo Nogueira
Universidade Federal do Amazonas
nogueiraricardo@uol.com.br

No ano de 1955, o geógrafo paulista Aroldo de Azevedo publicou um artigo denominado “A geografia a serviço da política”, cujo texto reflete o que se pensava naquele momento sobre a Geografia Política. Vale a pena retomar alguns trechos:

Julgo que temos o dever de chamar a atenção dos alunos para tal campo de estudo [geografia política], pelo menos para alertá-los contra os perigos existentes. [...] Cumpre-se lembrar que, quando se penetra nesse terreno, sente-se logo uma sensação de insegurança. Inseguro e pouco preciso é o seu conceito. Incerta é sua esfera de ação. Traíçoeira é sua bibliografia (Azevedo, 1955, p.44)

O autor arremata sua crítica ao afirmar que “a Geografia Política é o menos geográfico dos ramos da ciência geográfica” (op. cit., p.44). Quais são as razões para esse desprezo na década de 1950 em relação a esse subcampo da Geografia? Em que medida essas fortes considerações contra a Geografia Política permanecem? Se levarmos em consideração que a construção de currículos reflete características históricas e culturais em processos de (des)valorização de conhecimentos (Silva, 2003), chama a atenção, por exemplo, que diferentes cursos de Geografia do país ainda não possuem a Geografia Política como disciplina obrigatória em suas grades curriculares.

O objetivo geral deste livro é reforçar o que muitos já estão fazendo nas últimas décadas, isto é, demonstrar que a Ciência Geográfica tem muito a contribuir na interpretação do fenômeno político, lançando um olhar original sobre temas transversais, que já há bastante tempo estão presentes na agenda da Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais, e outros campos. É, portanto, ir de encontro à afirmação de Aroldo de Azevedo – que, infelizmente, ainda ressoa – e demonstrar que a Geografia Política é um dos ramos mais geográficos dentro do nosso campo científico.

Do pecado original à Geografia Política contemporânea

Como já apontado por diferentes pesquisadores sobre a história da Geografia Política (Sanguin, 1977; Costa, 1992; Castro, 2005; Vesentini, 2011), é possível posicionar sua fundação na obra de Friedrich Ratzel, apesar de não ter sido o primeiro a utilizar o termo, mas sim o filósofo francês Turgot em 1750 (Prévélakis; Gérardot, 2003; Castro, 2005; Agnew; Muscarà, 2009). Não cabe aqui uma revisão ampla sobre a história do campo, já realizada com qualidade por diferentes autores. Porém, vale retornar a alguns principais pontos a fim de posicionar melhor o que hoje estamos denominando como Geografia Política, já que a nossa proposta consiste em um livro que ajude na discussão conceitual e na apresentação de amplitude temática existente no campo.

Ratzel definiu a Geografia Política como a Geografia dos Estados, do comércio e da guerra (Ratzel, 1987). Sendo um intelectual do seu tempo (Castro, 2005), o alemão estava inserido no processo de institucionalização da Geografia enquanto ciência e, ao mesmo tempo, na formação da Alemanha enquanto Estado-nação. No primeiro caso, não somente a Geografia, mas outros campos de conhecimento buscavam afirmação nas universidades como um saber legítimo e verdadeiramente científico (Vesentini, 2011). Já no segundo, a formação da Alemanha enquanto Estado-nação era um processo que envolvia todo o continente europeu, inclusive no modelo exportado do neocolonialismo na África e na Ásia (Costa, 1992).

Como parte dos cânones positivistas da época, Ratzel foi o pioneiro em apresentar uma proposta explícita de um “estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos” (Moraes, 1990, p. 8)¹, buscando definir um objeto singular para a ciência geográfica a partir de uma perspectiva nomotética, contrariando as visões idiográficas predominantes àquela época (Raffestin, 1993). As suas duas principais obras, Antropogeografia (1882) e Geografia Política (1897), são estudos sintéticos (que focam na relação) e explicativos (com o objetivo de gerar leis de causa e efeito), que buscaram analisar de que modo as condições naturais afetavam a humanidade, seja na distribuição das sociedades (difusão e mobilidade passadas), seja na formação dos territórios. Desse modo, o desafio foi compreender como a política era moldada pela Geografia, esta ainda predominantemente ligada ao que Harvey (2012) denominou como “espaço absoluto”, especialmente aos atributos localizacionais de aspectos físico-materiais.

Sob influência do naturalismo predominante à época, derivado do sucesso da teoria darwinista (Blackwell, 2009), a obra de Ratzel é marcada pelo desenvolvimento de uma teoria orgânica sobre o Estado, já que o associou a um organismo vivo, que

1 Apesar de não existirem traduções de suas obras completas para o português, o que dificulta o seu acesso por estudantes, aqui indicamos não somente o já clássico livro de tradução do professor Antonio C. Robert Moraes (RATZEL, 1990), como também a série de textos publicados pela revista *Geographia* na seção “Meus Clássicos”.

nasce, se desenvolve e pode morrer, tendo o solo (*Boden*) como seu corpo. Não à toa, as discussões sobre a cidade-capital (o *coração* de um Estado), as vias de circulação (as suas *veias* e *artérias*) e a fronteira (a *pele*) se transformaram em temas fundamentais da Geografia Política, não somente a ratzeliana, mas também em diferentes escolas, mesmo naquelas de bases epistemológicas críticas. Nesse sentido, sua concepção de política se aproxima daquela de matriz maquiavélica, moderna, que a associa diretamente ao Estado como um bloco único e indivisível.

A famosa teoria do espaço vital (*Lebensraum*), a princípio vinculada à biogeografia, transformou-se, na obra de Ratzel, em uma teoria social. Isso é uma consequência direta da associação da base naturalista à discussão malthusiana predominante à época, já que se tratava de uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos que, apesar de mediada pela capacidade técnica, revelaria a necessidade territorial de uma sociedade. Crescer culturalmente significava, como consequência lógica, a necessidade de se repensar seu espaço de vida. Assim, Ratzel afirmou que “a história de todos os países é a do desenvolvimento progressivo de suas condições geográficas” (Ratzel, 1987 [1896], p.55).

Apesar do evidente destaque à obra ratzeliana, sem dúvida o autor não foi o primeiro a traçar essas possíveis correlações entre espaço e política. Não é necessário, nesta obra, voltarmos aos precursores desse conhecimento, uma vez que é possível encontrarmos em discussões sobre a relação entre “Geografia” e sociedade ainda no mundo grego antigo, como os pensamentos de Heródoto e Tucídides (Gomes, 1996; Vesentini, 2011). No século XVIII, por exemplo, Montesquieu escreveu sua principal obra – *Do Espírito das Leis* (1748) – na qual o autor defendeu que um governo virtuoso seria aquele que respeitasse a disposição do povo para o qual tenha sido estabelecido. Em outras palavras, a política deveria ser moldada também por aspectos relacionados ao “físico do país; ao clima gelado, tórrido ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, ao tamanho; ao gênero de vida dos povos, lavradores, caçadores ou pastores” (Montesquieu, 2010 [1748], p.323).

É, porém, na obra de Ratzel que o Estado passa a ser o foco da análise da Geografia, fundando o que passou a ser denominado como Geografia Política. Para o autor, a fundação de um Estado pressupõe a delimitação e a defesa de um território, e é nessa relação que podemos entender o seu desenvolvimento. Duas categorias geográficas foram acionadas nessa compreensão: posição e localização, características que tornariam um Estado mais ou menos vulnerável em relação a outros. É nesse sentido que Ratzel viu a Alemanha ao mesmo tempo vulnerável e com condições favoráveis ao seu desenvolvimento, já que a sua centralidade no continente europeu impunha uma realidade geográfica que não era possível negar, mas sim compreendê-la e utilizá-la a seu favor.

Ratzel é fundamental para compreender o nosso campo, mesmo a partir de autores que o utilizou para contestar suas teorias, como é o caso do francês Camille Vallaux (Costa, 1992). Francês, contemporâneo a Ratzel, ele buscou, a partir da crítica à obra ratzeliana, construir uma agenda própria ao pensar a “adaptação ativa” da sociedade em relação à sua Geografia. Apesar dessas críticas, o autor francês também valorizou a circulação, a cidade e a fronteira como temas que são eminentemente da Geografia Política. Nota-se que, mesmo fugindo de concepções naturalistas, a relação

homem-meio e suas consequências nas configurações espaciais dos Estados tornaram-se também centrais para a Geografia.

A Geografia Política então se definia em estudos que analisavam como a política é informada e formada pela *Geografia*. Nesse momento, a compreensão de *Geografia* se limitava, em grande medida, aos aspectos do espaço absoluto, com foco nas características relacionadas ao meio físico. Em outras palavras, essa área do conhecimento buscava entender como a distribuição de continentes, oceanos, montanhas e rios, entre outros elementos, afetava o modo pelo qual a humanidade se dividia no mundo politicamente em Estados e Impérios, e como essas unidades competiam uma contra a outra por poder global e influência (Bassin, 2003).

Esse debate teve impacto entre intelectuais, permitindo que uma série de autores construísse uma ciência bastante utilitária, já que entender o espaço e sua organização funcionou como um importante recurso político, econômico e cultural. É nesse contexto que Rudolf Kjellen cunha o termo “geopolítica” e, cada vez mais, o campo da Geografia Política passa a ser entendido como sinônimo desse campo fundado pelo cientista político sueco. Para Kjellén, a geopolítica poderia ser entendida como a ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço. Sanguin (1977, p.7) afirma que o vício fundamental da geopolítica foi a sua concentração sobre os elementos naturais e a justificação de metas políticas nacionais em termos de Geografia Física a partir de estudos sobre o controle de locais-chave e territórios. Citando Jules Sion, Sanguin afirma que a Geopolítica se tornou um “manual do imperialismo”.

Não cabe neste texto introdutório a caracterização exaustiva das ideias de autores amplamente analisadas nas discussões de geopolítica, como Alfred Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1861-1947), Karl Haushofer (1869-1946) e Nicholas Spykman (1893-1943). Suas teses são conhecidas e importantes até hoje para entender estratégias dos Estados nacionais, seja a mais famosa delas, a teoria do coração-mundo (*heartland*), mas também as suas derivações, *Rimland* e *Eurasianismo*, ou a oposição comentada ainda atualmente sobre o poder marítimo e o poder terrestre.

Porém, é importante entender que essas obras funcionaram como *think tank* para Estados nacionais, como no caso da Alemanha nazista e, até mesmo, na produção brasileira de geopolítica. Mário Travassos, por exemplo, considerado por muitos como o pai da geopolítica brasileira (Albuquerque, 2013; Barros, 2021), transladou o conceito de *heartland* de Mackinder, em sua obra *Projeção continental do Brasil* (1931), para o contexto sul-americano, definindo a Bolívia como a área geoestratégica mais importante do continente, indicando caminhos para a política externa brasileira.

Essa associação entre campo de conhecimento e prática dos Estados, e a convergência entre Geografia Política e geopolítica, teriam sido responsáveis por tornar “moribunda” a disciplina durante quase 40 anos (Blacksell, 2009). Em 1945, já se podia crer no relativo desaparecimento da Geografia Política como disciplina científica, com algumas interessantes exceções, como citaremos adiante. É interessante perceber que, no Brasil, a geopolítica nunca deixou de ser produzida, porém deslocou-se da universidade para os centros militares, especialmente a partir da fundação

da Escola Superior de Guerra em 1949 no Rio de Janeiro.

Sanguin (1977, p.5) apontou que o crescimento dessa “jovem e promissora disciplina [Geografia Política]” foi impedido durante o período de 1924-1945 por “uma pseudociência paralela e concorrente: a geopolítica”. Taylor e Flint (2002) afirmam que a geopolítica foi silenciada devido a sua instrumentalização como conhecimento a serviço do totalitarismo. Essa imbricação problemática gerou o que Lacoste (1979) e Castro (2005) denominaram de o “pecado original” da Geografia Política, isto é, sua associação direta às ações nazifascistas e imperialistas da época, já que teria colocado a Geografia a serviço da política e da conquista territorial.

Porém, ainda assim, algumas obras nesse período se destacam, como aquelas produzidas pelo francês Jean Gottmann e o estadunidense Richard Hartshorne. Esses dois autores ajudaram a firmar um modo de analisar a política a partir de sua dimensão espacial. O primeiro autor, sempre lembrado em trabalhos de Geografia Urbana pelos conceitos de megalópole, rede urbana e hierarquia urbana, é também relevante quando buscamos uma interpretação espacial sobre o Estado, especialmente a partir de suas ideias de iconografia e circulação (Silva, 2017). Em sua obra mais importante para a Geografia Política “*The significance of territory*” (1973), Gottmann investiga, por meio do conceito de territorialidade, como indivíduos e grupos estabelecem e defendem seus territórios, tanto fisicamente quanto simbolicamente, como um meio de afirmar controle e identidade. Para o autor, o território tem uma função fundamental como organização política do espaço, cuja construção define as relações entre a comunidade e seu habitat e, posteriormente, entre a comunidade e seus vizinhos, que é a relação fundamental de oposição entre “*insider*” e “*outsider*”. Sua obra é lembrada aqui nessa coletânea, já que nos ajuda a compreender a relação entre globalização e recrudescimento de nacionalismos pelo mundo. Gottmann é, portanto, um autor até hoje importante para refletirmos sobre os problemas territoriais específicos da organização política.

Já R. Hartshorne trouxe uma abordagem funcional em Geografia Política cujo tema central foi também o funcionamento do Estado. Com o objetivo de consertar os “desvios não científicos” gerados pela Geopolítica (Arcassa, 2014), esse geógrafo se voltou, mais uma vez, para analisar e tipificar as fronteiras, com especial enfoque na discussão sempre importante do regionalismo. Hartshorne revelou como especialistas na área continuavam cometendo erros sobre esse tema, até mesmo repetindo expressões que deveriam ser abolidas, como “fronteira natural”. Nesse sentido, para o autor, compreender a formação do Estado é levar em consideração a contínua oposição entre “forças centrífugas”, que tendem à fragmentação, e “forças centrípetas”, que fomentam a unidade. Assim, para Sanguin (1977, p.11), “a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado”.

Porém, foi com a obra *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* de Yves Lacoste (1976), que se buscou reformular a Geografia Política a partir de outra base epistemológica, confirmando que, a partir de 1960 renasceu o interesse sobre o campo, mas não mais pelo Estado e a competição entre eles. As pesquisas se voltaram para os conflitos e tensões espaciais entre grupos no território, já que o objetivo era desvinculá-la do Estado e aproximá-la da sociedade, em uma visão dual e ampliada do conceito de política. Nesse momento, a Geografia Política passa a ser definida como “a análise dos sistemas de conflitos entre classes/grupos ao longo do

tempo e espaço” (Dear, 1988, p.270). Em sua vertente estruturalista, especialmente a partir da obra de L. Althusser, essa Geografia Política crítica teve um impacto significativo nas reflexões acadêmicas.

É interessante notar que, mais uma vez na história, a Geografia Política e a Geopolítica se tornam campos indistintos. As razões são diferentes daquelas do passado, porém, as consequências são similares: o uso indiscriminado dos dois termos. Como Castro (2021) e Costa (2022) já contundentemente apontaram, o objetivo da obra de Lacoste e das pesquisas (especialmente da Geografia francesa – particularmente bem influente na produção acadêmica brasileira) subsequentes era mudar o escopo do campo, já que falar sobre o Estado foi visto como um apoio direto e indireto a essa forma político-territorial. As relações de poder e domínio em perspectiva espacial não ocorreriam apenas na escala interestatal, mas sim do próprio Estado, ganhando contornos distintos para funções similares – a reprodução de um certo tipo de sociedade no tempo e no espaço.

Se, por um lado, voltou-se a falar em Geografia Política, por outro, cada vez mais esse campo perdeu suas especificidades e se aproximou de uma Geografia social em seu sentido mais amplo. Como Agnew e Muscarà (2012) afirmam, nesse momento da Ciência Geográfica o que permaneceu mais problemático foi o *status* do político nessa perspectiva político-econômico, pois a maioria dos autores importantes diminuía sua importância em favor do econômico: “se a Geografia Política clássica via o ambiente físico como impulsor do político, as perspectivas político-econômicas tendiam a colocar a economia (e seu agente de negócios/capital) no banco do motorista” (Agnew; Muscarà, 2012, p.10). A política tornou-se, então, um epifenômeno da economia.

Se a política acabou se tornando secundária na Geografia Crítica, nas correntes pós-estruturalistas ela se tornou menos importante por uma razão contrária e aparentemente paradoxal: a política se diluiu em todas as relações sociais, pulverizando-se e tirando o foco do Estado, especialmente a partir das obras de filósofos franceses, como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, lidas por geógrafos críticos e pós-estruturalistas. Para o primeiro, por exemplo, a política deve ser vista como uma prática complexa que vai além das instituições políticas formais, permeando todos os aspectos da vida social, moldando e regulando as relações de poder, o conhecimento e as práticas cotidianas. Sua abordagem desafiou as concepções tradicionais de política, destacando as múltiplas formas de poder e a importância do poder-saber nas sociedades contemporâneas. Essa pulverização da política nas relações sociais como um todo tornou, paradoxalmente, a Geografia Política um campo menor dentro da Geografia Humana (Blacksell, 2009).

Essas discussões produziram consequências especiais no campo da geopolítica. Ganhou força o que passou a ser denominado como “geopolítica crítica” e/ou “antigeopolítica”, estudos preocupados em analisar as representações simbólicas e discursos que sustentam a geopolítica tradicional. Os autores dessa corrente investigam como as narrativas geopolíticas – especialmente aquelas sobre uma suposta naturalização da relação Estado e território – são construídas e disseminadas e como elas moldam as percepções sobre o espaço, as identidades e as relações de poder. A obra *Critical Geopolitics* (1996) de Gerard Toal é, em geral, considerada um dos marcos nessa abordagem, examinando como as relações geopolíticas durante a Guerra Fria são

fruto de uma disputa em que os Estados buscam garantir seus interesses e expandir sua influência, muitas vezes às custas de outros países e populações.

Nos últimos anos, tanto a corrente crítica quanto a pós-estruturalista vêm sendo alvo de desaprovações entre geógrafos políticos (Costa, 2022). De modo geral, os críticos defendem que tanto o enfoque na economia promovida por correntes radicais, quanto a maior preocupação das correntes pós-modernas nos discursos relacionados ao Estado e território, teriam, ao final, minado a importância da Geografia e do espaço geográfico como dimensão explicativa da política.

Em um interessante artigo publicado na revista *Geopolitics*, Haverluk, Beauchemin e Mueller (2014) apontam o que seriam, para eles, as três falhas da geopolítica crítica: (1) ser antigeopolítica; (2) ser anti-cartográfica e (3) ser anti-ambiental. Para os autores, a predominância da geopolítica crítica nos departamentos de Geografia nos Estados Unidos seria prejudicial para uma ciência que já seria marginalizada dentro das universidades, pois perderia sua capacidade explicativa. Na primeira falha apontada por eles, os geógrafos teriam buscado se distanciar não apenas das estruturas de poder do Estado, mas também almejavam alterá-las, já que ele é visto como uma forma política de coerção não legítima. Na segunda, os autores revelam como os textos da denominada geopolítica crítica se focam nos chamados “discursos de soberania territorial” e esquecem do seu suporte material, abandonando, como consequência, o mapa como um importante instrumento de pesquisa da Geografia. Já a última falha é percebida nos textos que apontam como a pauta ambiental seria mais um sintoma da exploração do Norte em relação ao Sul, sendo usado como discurso retórico para aprofundar o neoliberalismo e a globalização. Apesar das polêmicas desses argumentos, é interessante extrair desse texto a defesa de uma volta a uma geopolítica neo-clássica, que absorveria as críticas relacionadas a falar “pelo Estado” (e suas defesas racistas e etnocêntricas), mas que não o abandonasse enquanto o fundamental ator da política externa, sob o risco de a disciplina continuar sendo marginal nos debates acadêmicos.

Em texto recente, Castro (2021) buscou analisar o que denominou como dois “fantasmas da Geografia Política”: “a relutância em aceitar a política como campo de resolução de conflitos de interesse” (op. cit., p.3) e o descaso em compreender “o modelo Estado moderno territorial” (op. cit., p.7). No primeiro caso, o problema estaria em encontrar a política na sociedade, e não nas instituições, diluindo-a às múltiplas relações sociais, retirando o foco do Estado. No segundo, a autora nos lembra que correntes filosóficas muito influentes na Geografia na década de 1960 teriam buscado mais superar o Estado como modelo político-territorial, do que de fato compreendê-lo. Para a autora, a riqueza da Geografia Política seria encontrada, portanto, na análise das relações institucionais de poder e o espaço geográfico.

Outros autores reforçam essas críticas em textos que buscam, por um lado, resgatar a materialidade do espaço geográfico, que teria sido abandonado nos enfoques nos discursos e nas relações sociais (Rosière, 2018) e, por outro, estabelecer a perspectiva neoinstitucionalista como a base epistemológica mais profícua para a Geografia Política, aproximando-a da Ciência Política (Brennetot, 2021). Esse movimento contemporâneo de geógrafos políticos está tornando o campo ainda mais complexo epistemologicamente e em sua diversidade temática.

Apesar desses problemas apontados, três importantes e entrelaçadas consequências no campo da Geografia Política podem ser notadas a partir das críticas recebidas ao longo do século XX. Em primeiro lugar, o reforço na transformação escalar na Geografia Política contemporânea. O que era antes visto como único, indivisível, o Estado agora é tomado em sua diversidade interna, revelando uma Geografia Política possível intraestatal. Em segundo lugar, novas perspectivas sobre o conceito de política e poder ajudaram a posicionar os estudos contemporâneos do campo nas múltiplas relações entre sociedade e Estado. Hoje não é mais possível aceitar definições que remontam a Hobbes, cujas considerações ignoram o seu caráter relacional.

Por último, há a polêmica sobre o papel nomotético do campo inaugurado por Ratzel contra uma visão pessimista sobre o conhecimento idiográfico da Geografia. Parece que, hoje, há uma superação dessa suposta dicotomia, entendendo a importância de se pensar a Geografia Política a partir tanto de conceitos e reflexões mais gerais das territorialidades, do território e do Estado, mas também compreendendo as particularidades dos eventos. Aqui concordamos com Vesentini (2011, p.139), já que a Geografia Política contemporânea parece ter incorporado a verdadeira crítica, isto é, “na qual deve existir uma superação com subsunção ou incorporação do que foi criticado como parte de uma síntese superior – [não] uma mera rejeição”.

Seguimos a discussão de Painter e Jeffrey (2009) quando afirmaram que nosso campo atualmente está buscando entender de que modo essa “política informal” nos ajuda a entender a “política formal”, não mais em uma perspectiva dual de Estado e sociedade, que prevaleceu no final do século XIX e início do século XX. Por essa razão, os autores afirmam que “geógrafos políticos agora levam muito mais a sério conflitos políticos dentro do Estado e movimentos sociais do que no passado” (op. cit., p.55).

Da Geografia dos Estados à Geografia do Poder Político

A breve síntese sobre o campo da Geografia Política tradicional e suas transformações ao longo do século XX revela a variação na ideia do que seria “geográfico”, de uma perspectiva mais relacionada aos atributos físico-naturais da denominada escola clássica até uma visão mais relacional e subjetiva da geografia crítica e humanista. Porém, como discutido na seção anterior, um conjunto de legítimas críticas foi realizado sobre as limitações de lidar com o espaço geográfico de um modo puramente físico ou desprovido de qualquer materialidade, como outros ramos do conhecimento em geral o fazem.

É possível dizer que o atual mosaico da Geografia renovada é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções – há uma diversidade epistemológica, metodológica e temática na Geografia Política. Como Azevedo, Castro e Ribeiro (2022) apontaram, o século XXI tem trazido uma nova onda de renovação da Geografia Política na medida em que temas do cotidiano da política, como eleições, representação, governança, políticas públicas etc., vêm se impondo pelo modo como esses fenômenos afetam e são afetados pela ordem espacial dos lugares.

A partir dessa discussão, defendemos a Geografia Política como o ramo de conhecimento que busca analisar de que modo o espaço geográfico se apresenta como um produto e um condicionante do poder político. Nessa breve definição, levamos em consideração, em primeiro lugar, o espaço geográfico em sua concepção tripartite mais ampla, enquanto absoluto, relativo e relacional (Harvey, 2012), isto é, não se pode abandonar sua materialidade, sua “forma”, mas, ao mesmo tempo, deve-se compreendê-lo em um contexto no qual diferentes grupos o percebem e o sentem, seu “conteúdo” (Santos, 1996). Assim, se, por um lado, não se deve tomar o espaço como independente dos grupos que o ocupam, transformam-no e utilizam-no, por outro, as relações sociais sem seu suporte material tornam-se um fenômeno *per se* pouco interessante ao geógrafo.

Perceber o espaço de modo tripartite é afirmar que a política envolve tanto práticas sociais discursivas quanto materiais, mutuamente imbricadas. Nacionalismo, identidade, ideologia política, instituições, eleições, e tantas outras temáticas inerentes à política não são simplesmente valores abstratos; constroem-se por e a partir do espaço geográfico. A “trama localizacional” (Gomes, 1997) é, assim, uma importante perspectiva de análise do fenômeno político. Afirmar que o espaço é também absoluto é reforçar, portanto, características que por muito tempo foram secundarizadas e que precisam estar sempre no radar do geógrafo. Localização, distância, tamanho, forma, direção, concentração/dispersão, densidade, distribuição e tantos outros atributos espaciais nos ajudam a compreender o poder político.

Reforçar que o espaço é relativo significa não tomar os seus atributos espaciais de igual modo independentemente dos grupos sociais que o interpretam, vivem-no e o percebem. A distância, por exemplo, não é percebida de igual modo por pessoas em condições econômicas desiguais. Apesar de as características do espaço absoluto não mudarem para homens e mulheres, andar em uma rua à noite em países com alarmantes índices de violência não é um percurso espacial percebido de igual modo entre os diferentes gêneros.

Por fim, reforçar o seu caráter relacional significa dizer que o espaço não é somente percebido diferentemente, mas também sentido, já que os significados, as sensações, as emoções, ou seja, as consequências psíquicas – medo, alegria, aversão etc. – individuais e de grupo na relação com o espaço vivido possuem raízes distintas. Compreender a importância de Jerusalém para as três grandes religiões monoteístas do mundo significa jogar luz sobre atributos materiais gerais – como um muro remanescente – e também sobre o modo como os grupos percebem e sentem esses atributos. Apenas levando em consideração o espaço como tripartite é possível compreender a complexidade das relações socioespaciais. Nesse sentido, o espaço é, então, mais que uma dimensão do fato político, é uma mediação e um resultado.

Em segundo lugar, percebemos o poder político em uma perspectiva que não o considera como um objeto, que alguém ou algo o possui, mas em termos relacionais. Assim, concordamos com Stoppino (2010, p.939) quando afirma que “o poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas”. Acrescentamos: relação entre pessoas que se constrói a partir de seu suporte espacial. Não é necessário voltar às tipologias clássicas das formas de poder, tarefa que exigiria um esforço analítico que fugiria do escopo dessa introdução, já que é uma discussão que poderia

facilmente remontar a autores clássicos como Aristóteles, John Locke ou Max Weber. Porém, é importante reforçar que há diferentes formas de poder do homem sobre o homem, e o poder político é uma delas.

Distinguir o poder político de outras formas de poder não é posicioná-lo como isolado, sem zonas de contato e influência. Pelo contrário, ressaltar as diferenças serve para compreender quando, como e onde se cruzam o econômico, o político e o ideológico. Porém, é relevante frisar as especificidades do poder político, já que é o único que se busca exclusivo, inclusivo e universal (Stoppino, 2010), o que coloca, no mundo contemporâneo, o Estado no centro da pesquisa em Geografia Política. Apesar de concordar que, no mundo contemporâneo, não é possível pensar *política* fora do Estado, isto é, uma perspectiva mais moderna de política, o consideramos como um tipo de poder, o que significa, necessariamente, considerá-lo de modo relacional, que se estabelece a partir de uma soberania complexa, de relações múltiplas entre Estado e sociedade. O poder político, portanto, não existe em um vácuo. É sempre exercido em um contexto de relações de poder, no qual atores políticos competem e cooperam para alcançar seus objetivos. Essas relações podem ser caracterizadas por dinâmicas de conflito e cooperação, alianças políticas, negociações e lutas.

Desse modo, não é sutil ou superficial a diferença entre uma “geografia dos Estados” e uma “geografia do poder político”. Essa definição nos ajuda, por um lado, a afastar a Geografia Política como um ramo que fala pelo e a partir do Estado em uma perspectiva de poder coisificada, e, por outro, a aproximar esse campo de correntes mais próximas da Ciência Política que demonstram as especificidades do poder político, colocando em xeque a ideia de que a política está em toda parte e que toda relação social é, por si só, uma relação política. A Geografia Política contemporânea aqui apresentada é, portanto, diferente daquela de sua fundação, já que incorpora as críticas ao seu caráter utilitarista inicial; mas também é distinta daquela que se constituiu com mais força na segunda metade do século XX, quando as relações políticas e sociais eram praticamente vistas como sinônimos. Com isso, a Geografia Política ganha contornos que a diferenciam de enfoque em relação aos outros campos de conhecimento da Ciência Geográfica.

A definição proposta nesta introdução permite alocar diferentes temáticas no campo da Geografia Política, como as políticas públicas, as eleições, a gestão de recursos hídricos e, claro, a geopolítica. Assim, contrariamente ao que defende alguns cientistas políticos (Myamoto, 1995), reforçamos a geopolítica como um campo atrelado à Geografia Política, mas que não se confunde com ele. Nesse sentido, divergimos da posição clássica lacostiana apresentada, e voltamos a olhar a geopolítica como um ramo que aproxima a Geografia das Relações Internacionais (que, inteligentemente, apropriou-se dele ao longo da segunda metade do século XX), buscando compreender a relação do poder político em sua dimensão espacial em escala interestatal. Nesse sentido, não se confunde com toda e qualquer política externa, mas naquela que teria a dimensão espacial como suporte.

Apesar dessa rápida tentativa de demarcar o campo, não se pode dizer que foi estabelecido um verdadeiro acordo ao nível de uma definição única de Geografia Política. Aliás, este fato reflete uma situação geral existente nas Ciências Humanas. Um livro sobre conceitos gerais e diversidade temática de uma disciplina possui, ne-

cessariamente, essa pluralidade. Porém, o caminho único que todos buscam é refutar a ideia do geógrafo Aroldo de Azevedo trazida no início desta introdução, isto é, os autores demonstram que a dimensão espacial é fundamental para compreender o fenômeno político e, refletir sobre o Estado e suas relações com a sociedade não é estar subserviente a ele, mas compreender uma parte fundamental do que significa viver hoje em uma sociedade complexa.

A estrutura do livro

Um dos primeiros desafios na organização dessa publicação foi definir uma divisão que abrigasse as mais diversas questões que hoje são tratadas por esse campo de estudo, chegando, assim, a três partes componentes. Havia um consenso de que os conceitos básicos, aqueles que foram marcantes na fundação da disciplina e que ainda norteiam suas discussões, deveriam estar presentes, demonstrando o vigor enquanto pressuposto e referência para a compreensão da relação política e espaço, compondo uma primeira seção denominada **Base conceitual**. Uma segunda parte, intitulada **Diversidade temática**, é composta por artigos que trazem aquilo que poderíamos denominar de novos temas no interior da Geografia Política, decorrente do seu avanço conceitual e dos novos problemas colocados na relação política e espaço. Enfim, a terceira parte foi dedicada àquilo que denominamos **Hot Spot**, ou seja, recebemos a contribuição de autores que apontaram os problemas, conflitos e tensões que marcam determinadas regiões da Terra.

Assim definido, o livro apresenta, na primeira parte, o artigo da professora Iná Elias de Castro sobre a necessidade de trazer o Estado de volta à Geografia Política, já que a autora argumenta que este é ator e objeto geográfico inescapável e possui uma distinção frente a outros atores. Pois, na medida em que está limitado geograficamente, a centralidade territorial do seu poder de coerção deriva sua autonomia e capacidade de organização territorial.

O artigo de Ricardo Nogueira enfoca o conceito de Nação e Nacionalismo, buscando apresentar as origens e concepções que eles abrigam, os dualismos existentes visando distingui-los claramente do conceito de Estado. As vertentes objetivas e subjetivas desses conceitos guiaram, inicialmente, as reflexões dos geógrafos para compreender a relação entre os Estados e as Nações, assim como os movimentos nacionalistas, cuja origem pode ter situações diferenciadas, seja a língua, a história ou etnia, mas o fim é, quase sempre, a secessão territorial.

Um dos conceitos mais clássicos na Geografia Política, os estudos sobre as fronteiras, sempre estiveram cercados por polêmicas uma vez que, além de seu significado político envolvendo os Estados, traz também um significado simbólico que é capaz de mobilizar a sociedade em sua defesa. Apresentamos em nossa coletânea o artigo do conceituado geógrafo francês Michel Foucher, publicado originalmente na revista *Dans Pouvoirs* (2018/2), onde ele deixa evidente a importância da existência das fronteiras, justamente pela construção de identidades que ela produz. Em seguida ao artigo, temos um longo comentário do professor Wanderley Messias da Costa que traça um panorama sobre a ‘dança das fronteiras’, as mudanças na ordem mundial, o papel

das grandes potências e os diversos contenciosos pelo mundo.

A divisão do espaço geográfico é outro tema que de longa data ocupa os geógrafos, sejam aquelas cujos contornos são dados pela natureza, sejam aquelas consolidadas pela história das sociedades, como a difusão de uma cultura, uma produção agrícola, ou uma ação política. É neste sentido que a Região se torna objeto de estudo fundamental da Geografia, recebendo classificações e significados decorrentes do processo de sua formação. A Regionalização, por outro lado, pode ter um sentido de intervenção estatal sobre o espaço com objetivos políticos. O artigo de Yann Richard e Nora Marei traz o debate sobre as construções macrorregionais em um mundo cada vez mais globalizado, contudo, os autores reafirmam a importância das relações de vizinhança, da proximidade, visto que esta condição espacial constitui um fator determinante em várias práticas sociais.

Encerrando esta primeira parte do livro, encontra-se o artigo de Dirceu Cadena e Rafael Winter Ribeiro, que trata da paisagem como um recurso político, ou seja, para além da noção clássica de morfologia e do predomínio de uma concepção visual, os autores propõem considerar a paisagem como um recurso político, onde ela deixaria a sua condição de passividade para ser mobilizada por atores sociais distintos com o objetivo de torná-la um capital político a partir de suas representações. Para isso os autores identificam a existência de três modalidades de paisagens: as *instituídas*, as *emergentes* e as *insurgentes*.

Na segunda parte do livro, intitulada **Diversidade temática**, buscou-se circunscrever os campos temáticos que tem arejado as discussões mais recentes em Geografia Política demonstrando o vigor das pesquisas realizadas. São temas que passaram a compor o repertório desse subcampo da Geografia até então inexplorado e outros que, apesar de sua existência remota, receberam novas abordagens e interpretações.

André Martin e Izan Araújo procuram fazer uma genealogia dos conceitos geopolíticos que surgem em determinados momentos e muitas vezes possuem curta duração, sendo, necessariamente, substituídos por outros. Assim, os autores tomam como referência inicial o período pós-guerra quando, segundo eles, assentam-se as bases do conceito de globalização; de modo semelhante, surge a expressão ‘subdesenvolvimento’, depois neste bloco aparecem os ‘países emergentes’, e assim vão se construindo essas representações geopolíticas. Ao final, os autores tratam da nomenclatura recente de “Sul global”, para propor uma perspectiva “meridionalista”, que seria capitaneada pelo Brasil.

No artigo que segue, escrito por Daniel Azevedo, o autor trabalha a dimensão espacial da Democracia e os aspectos que cercam a formação dos espaços políticos e a Geografia Eleitoral. A ênfase que o autor quer apresentar é sobre o significado da relação existente entre as representações políticas numa sociedade democrática e a formação das circunscrições espaciais que refletem essas representações. Nesse sentido, a construção dos espaços políticos é fundamental na formação e mensuração de um sistema político-espacial da democracia, enquanto a Geografia Eleitoral – recortada espacialmente em circunscrições, zonas e seções – expressa a forma de representação da sociedade, que pode ter origem em conselhos e associações, como defende o autor.

Qualquer manual da geopolítica clássica demonstrará que as rivalidades territoriais entre os Estados nacionais no passado estavam mediadas pelo acesso e controle de recursos naturais. Na contemporaneidade, ainda é difícil romper com esta assertiva, embora novos ingredientes políticos participem das disputas entre os Estados, entre estes e as corporações multinacionais e os movimentos ambientalistas, em virtude das fortes mudanças provocadas pela ação humana sobre o ambiente, gerando uma crise ambiental global, que exige uma cooperação também global. Fala-se, então, de Hidropolítica, de Cúpula do Clima... É isto que o professor Luis Paulo Batista da Silva pretende demonstrar em seu artigo destacando o que hoje se denomina geopolítica ambiental, a construção de novas abordagens (liberal/pluralista, institucional) e conceitos como Antropoceno e “emergência ambiental”, chegando até a discussão da justiça/racismo ambiental.

Na esteira da renovação, encontramos o artigo de Juliana Nunes e Guilherme Machado Filho, cuja preocupação maior é pensar a dimensão espacial das políticas públicas em suas diferentes etapas: agenda, formulação, implementação e avaliação – e como se relaciona com o poder político, uma vez que sempre há agentes e atores interessados em afetar a agenda política e uma espacialidade nesses processos políticos. Para isso, partem de dois componentes principais: o desenho institucional existente e os ativismos sociais. De modo semelhante, o artigo do professor Antonio Angelo Fonseca aborda a relação existente entre cidadania e justiça territorial, afirmando que, como seres institucionalizados, não conseguimos ‘escapar’ de suas normas e regras na convivência social. Os territórios que vivemos estão carregados de conteúdos que podem proporcionar maior ou menor justiça a depender dos arranjos políticos e institucionais nele presente e da distribuição espacial dos bens e serviços públicos.

Considerado um dos temas fundamentais da geopolítica clássica, presente desde os estudos de Alfred Mahan sobre o domínio dos mares e de Friedrich Ratzel sobre a coesão e a dispersão territorial, a circulação aparece nessa coletânea no artigo *Geopolítica e circulação: eixos e articulações macrorregionais sul-americanos*, de Hervé Thery e Thiago Oliveira, onde a circulação é compreendida como uma intervenção política no espaço, apresentado em duas nuances contemporâneas: i) um conjunto de infraestruturas que formam redes controladas pelo Estado e ii) as infraestruturas e os fluxos com objetos fixos e móveis podem apresentar um controle estabelecido pelas empresas, principalmente com o uso de tecnologias digitais.

O artigo de José Donizete Cazzolato parte de uma constatação decorrente de mudanças na dinâmica territorial do espaço brasileiro nas últimas décadas e, frente a isso, propõe uma nova regionalização como uma forma de reorganização espacial, expressão dos fluxos e interações pautados nas atividades produtivas. Mais que isso, o autor argumenta que essa nova regionalização também traria um equilíbrio federativo com a redistribuição de determinados entes da federação no interior das regiões, sendo uma ação clara de gestão territorial.

Fechando a segunda parte sobre a diversidade temática, encontra-se o artigo de Rejane Rodrigues e Marcelo Moraes, onde os autores querem mostrar a contribuição da Geografia Política para a construção de um conhecimento geográfico escolar poderoso. Dividido em três partes, o artigo inicia comentando a desejada neutralidade da ‘geografia dos professores’; num segundo momento, os autores procuram mos-

trar o potencial da geografia para a construção do conhecimento; encerram o artigo apontando as contribuições para transformar um saber considerado desinteressante em uma educação emancipadora e cidadã.

A terceira e última parte do livro intitulada **Hot Spot** tem como objetivo apresentar, a partir dos grandes recortes territoriais que são os continentes, as tensões e conflitos que envolvem uma variedade de atores e de escalas geográficas, alterando fronteiras, demarcando territórios, refazendo regiões, enfim, promovendo ‘ajustes territoriais’ seja na dimensão de uma metrópole, como Kevin Kox explicita em seu artigo sobre a Geografia Política da urbanização, seja na dimensão de um bloco, como tenta mostrar John Agnew e sua análise sobre o *Brexit*. Vamos encontrar, ainda, no artigo sobre a Antártica, de Paulo Câmara e Leonardo Mattos, um esclarecimento das disputas que cercam essa massa continental gelada, retalhada entre diversos Estados-nacionais, que a projetam como uma área de exploração futura.

Enquanto o artigo de Frederic Monié e José Guambe sobre a África faz uma revisão crítica da complexidade dos conflitos territoriais nesse continente para além das explicações convencionais que remetem à herança colonial e às rivalidades étnicas, avançando na direção de mostrar que tal abordagem possui uma vertente racista, a Ásia é analisada por Pablo Ibanez e Gustavo Westmann como um continente que passa por rápidas mudanças, liderada pela ascensão da China, trazendo a Índia e mesmo a Rússia para a composição de um novo bloco, exigindo do Brasil um giro no olhar geopolítico para o Oriente.

Enfim, os dois últimos artigos tratam das tensões políticas na América Latina. Christian Scaramella, da Universidade de Buenos Aires, enfoca as instabilidades dos regimes políticos na América Latina apontando que, ao contrário do passado quando havia derrubadas de governos com ações de militares e forças de segurança, nos últimos anos verifica-se a existência de julgamentos políticos, facções dentro dos governos ou ainda ações coletivas contra o governo resultando em destituições, renúncias ou assassinato de presidentes; já Gutemberg de Vilhena Silva, Stéphane Granger e Bruna Brito Bastos analisam o que denominam de labirinto geopolítico das três Guianas no processo de Cooperação e Integração Regional.

Acreditamos, portanto, que estamos entregando a todos aqueles envolvidos com a Ciência Geográfica, com a Geografia Política e áreas afins, estudantes de graduação, pós-graduação e professores de todos os níveis de ensino, um livro inovador, que reúne grandes pesquisadores do Brasil e do exterior, apresentando uma diversidade conceitual e temática capaz de fornecer elementos para elucidar, com rigor, todas as questões que ligam a Sociedade, o Espaço e a Política. Boa leitura.

Referências

AGNEW; J. MUSCARÀ, L. **Making Political Geography**. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

ALBUQUERQUE, E. S. A disputa pelo “coração das terras” sul-americanas. **Editora Unijuí**, n.89, p.148-169, 2013.

ARCASSA, W. S. A Geografia Política em Richard Hartshorne. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 267-280.

AZEVEDO, A. A Geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**, n.21, p.42-68, 1955.

AZEVEDO, D.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. A pluralidade epistemológica na Geografia Política. In: Azevedo, D. A; Castro, I. E.; Ribeiro, R. W. **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021, p.9-18.

BARROS, F. G. Mário Travassos, o pai da geopolítica brasileira. **O Cosmo político**, v.8., n.1, p.200-206, 2021.

BASSIN, M. Politics from nature. In: Agnew, J.; Mitchell, K.; Toal, G. **A Companion to Political Geography**. Blackwell Publishers, 2003, p.123-34.

BLACKSELL, M. **Political geography**. Routledge Contemporary Human Geography Series, 2009.

BRENNETOT, A. Por uma geografia política construtivista. In: Azevedo, D. A; Castro, I. E.; Ribeiro, R. W. **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021, p.197-206.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. Geografia Política, afinal o que é e para que serve. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v.24, n.2, p.1-26, 2021.

COSTA, W. M. **Geografia Política e geopolítica: discursos sobre território e poder**. São Paulo: Edusp, 1992.

COSTA, W. M. Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica. Dialogando com Iná Elias de Castro. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v.25, n.1, p.1-17, 2022.

DEAR, M. J. The postmodern challenge: reconstructing human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n.13, p.262-274, 1988.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1996.

GOMES, P. C. C. Geografia fin-de-siécle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C; Côrrea, R. L. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.13-39.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

HAVERLUK, T. W.; BEAUCHEMIN, K. M.; MUELLER, B. A. The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics. **Geopolitics**, n.19, v.1, p.19-39, 2014.

LACOSTE, Y. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo: Editora Papirus, 1979.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis.** São Paulo: Martin Claret, 2010 [1748].

MORAES, A. R. C. Introdução. In: **RATZEL, F. Coleção Grandes autores – Ratzel.** São Paulo, Editora Ática, 1990, p.5-31.

MYAMOTO, S. Geopolítica e relações internacionais. **Caderno Premissas**, n.11, p.5-38, 1995.

PAINTER, J.; JEFFREY, A. **Political Geography.** Sage publications, 2009.

PRÉVÉLAKIS, C.; GÉRARDOT, M. **Dictionnaire des conflits.** Atlande, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, F. **Coleção Grandes autores – Ratzel.** São Paulo, Editora Ática, 1990.

ROSIÈRE, S. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: Rückert, A.A.; Silva, A.C.P.; Silva, G. de V. **A integração Sul-Americana e a inserção das regiões periféricas.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 87-95.

SANGUIN, A. L. A evolução e a renovação da geografia política. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, n.252, p.5-35, 1977.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, A. A. (org). **Introdução ao pensamento de Jean Gottmann.** Boa Vista, Editora CRV, 2017.

STOPPINO, M. Poder. In: Bobbio, N. (org.). **Dicionário de Política.** Brasília, 2010, p.933-943.

TAYLOR, P.; FLINT, C. **Geografia política: economia-mundo, Estado-nação e localidade.**

Editora Trama, 2002.

TOAL, G. **Critical Geopolitics.** University of Minnesota Press, 1996.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1931.

VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista Do Departamento De Geografia**, 20, p.127-142, 2011.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.